

CADEIA PRODUTIVA DO LEITE NO BRASIL NO CONTEXTO DO COMÉRCIO INTERNACIONAL

Jefferson de Assis¹

Jonathan Dias Ferreira²

Helder Henrique Martins³

Mirian Beatriz Schneider⁴

ASSIS, J. de; FERREIRA, J. D.; MARTINS, H. H.; SCHNEIDER, M. B. Cadeia produtiva do leite no brasil no contexto do comércio internacional. **Rev. Ciênc. Empres. UNIPAR**, Umuarama, v. 17, n. 1, p. 63-93, jan./jun. 2016.

RESUMO: O estudo do comércio do leite no âmbito internacional é importante para o Brasil, que tem grande participação em volume de produção de leite no cenário mundial e ainda pode crescer em termos quantitativos pelo potencial produtivo que possui. Para a elaboração do trabalho foi feita pesquisa bibliográfica e coleta de dados de órgãos governamentais, associações, banco de dados disponível através de meio eletrônico e todas as fontes ligadas ao setor que tinham informações com relevância para o desenvolvimento do trabalho. A compreensão do comportamento das exportações e importações de produtos lácteos e suas oportunidades e ameaças contribui para elaboração de políticas públicas para incentivar o crescimento e expansão do setor e servir de subsídio para a tomada de decisão dos agentes envolvidos no agronegócio do leite brasileiro.

PALAVRAS-CHAVE: Agronegócio do leite. Comércio internacional. Leite.

MILK PRODUCTION CHAIN IN BRAZIL WITHIN THE INTERNATIONAL TRADE CONTEXT

ABSTRACT: The study of the international milk trade is important to Brazil, since it plays an important role in the volume of milk production in the global scenario, and can still expand its productive potential in qualitative terms. Litera-

¹Economista pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná, UNIOESTE, campus de Toledo.

²Bacharel em Administração pela Universidade Paranaense, UNIPAR. Mestre em Desenvolvimento Regional e Agronegócio pela Universidade Estadual do Oeste Paranaense, UNIOESTE, campus de Toledo.

³Bacharel em Administração pela Universidade Paranaense, UNIPAR. MBA em Controladoria, Gestão Empresarial e Financeira pela Universidade Paranaense, UNIPAR. Mestre em Desenvolvimento Regional e Agronegócios pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná, UNIOESTE, campus de Toledo.

⁴Economista. Mestre em Desenvolvimento Econômico pela Universidade Federal do Paraná (1998) Doutora em História Econômica pela Universidade de León (2003), e Pós Doutora em Economia Aplicada pela USP (2010). Professora Associada da Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

ture reviews were held for the development of this paper, which included the collection of data from government agencies, associations, electronically available databases and all sources linked to the sector which had relevant information for this study. Understanding the behavior of exports and imports of dairy products, as well as their opportunities and threats, may contribute to the development of public policies to encourage the growth and expansion of the sector, as well as being used as a subsidy for decision making of agents involved in the Brazilian milk agribusiness.

KEYWORDS: International trade. Milk. Milk agribusiness.

CADENA PRODUCTIVA DE LA LECHE EN BRASIL EN EL CONTEXTO DEL COMERCIO INTERNACIONAL

RESUMEN: El estudio del comercio de la leche en el ámbito internacional es importante para Brasil, que tiene gran participación en el volumen de producción de leche en el escenario mundial y aún puede crecer en términos cuantitativos por el potencial productivo que posee. Para la elaboración de este artículo se hizo una pesquisa bibliográfica y recolección de datos de órganos gubernamentales, asociaciones, banco de datos disponible por medio electrónico y todas las fuentes relacionadas al sector que tenía informaciones con relevancia para el desarrollo del trabajo. La comprensión del comportamiento de las exportaciones e importaciones de productos lácteos y sus oportunidades y amenazas contribuye para la elaboración de políticas públicas para incentivar el crecimiento y expansión del sector y operar como un subsidio para la toma de decisión de los agentes envueltos en la agroindustria de la leche brasileña.

PALABRAS CLAVE: Agroindustria de la leche. Comercio internacional. Leche.

1 INTRODUÇÃO

A cadeia produtiva do leite é muito importante para a economia dos países produtores, pelo grande número de agentes que são envolvidos em sua produção, industrialização e distribuição. Esta cadeia dá origem a um setor, chamado de produtos lácteos, que tem grande participação na balança comercial das nações e geram importantes *superávits* de alguns países que exportam o excedente, o que não é o caso do Brasil. Muito pelo contrário, a exportação brasileira é pífia e a pretensão principal deste trabalho é discutir por que o país não se insere como exportador de leite, com destaque no mercado internacional. (JANK; GALAN, 1998)

O setor de produtos lácteos, em geral, possui característica de poucas

transações internacionais se comparado ao volume total da produção mundial de leite. O leite é produzido em todo o mundo, principalmente o de bovinos (tema deste estudo), mas outros animais domesticados pelo homem também produzem leite para consumo humano como na pecuária caprina, que é muito comum nas regiões mais áridas do planeta.

Outra característica relevante é a regionalização da produção e do consumo. A Europa é um exemplo em que 60% do leite produzido é consumido lá mesmo. No Brasil não é diferente, existem regiões onde se concentram grande número de produtores de leite e também muitos laticínios ou grandes indústrias que captam o leite produzido na região onde se instalam, formando as chamadas bacias leiteiras. Se analisado em varejos, o leite e seus derivados à venda são em sua maioria produzidos e industrializados na mesma região (LEITE, 2009).

Os produtos lácteos comercializados internacionalmente são em sua maioria produtos concentrados, como leite em pó e queijo. O fato do leite e seus derivados serem perecíveis e possuir muito peso em relação ao seu preço, é o principal motivo dele ser comercializado apenas entre regiões próximas. Essa característica eleva também seus custos de transporte. Logo, a desidratação do leite, permite superar ambos (IEA, 2001).

O Brasil, nos últimos anos, tem importado grandes volumes de produtos lácteos, apesar de ser um grande produtor e ter boas condições naturais para produzir leite. Os volumes importados são, em sua maioria, provenientes do Uruguai e da Argentina, que possuem fronteiras com o país e condições climáticas muito parecidas e também fazem parte do mesmo bloco econômico, o Mercado Comum do sul (MERCOSUL), favorecendo assim o comércio entre eles. Principalmente nos anos de 2011 e 2012, as indústrias brasileiras importaram grande volume de leite em pó e queijo, causando preocupação para os produtores de leite brasileiros (REVISTA BALDE BRANCO, 2013).

Em setembro de 2012, entidades setoriais da cadeia produtiva do leite do estado do Mato Grosso do Sul, fizeram manifesto de protesto, coletando assinaturas para pedir que o governo crie subsídios para o leite no mercado interno, este manifesto tinha como objetivo, alcançar outros 10 estados, para exigir que o governo crie incentivos fiscais para o setor, crescimento do valor pago ao produtor e o aumento do consumo de produtos lácteos produzidos no Brasil (MILK-POINT, 2012a). Isso mostra que para os produtores brasileiros as importações de produtos lácteos representam um risco a suas atividades, pois tende a pressionar para baixo os preços dos produtos lácteos brasileiros, fazendo que os produtores de leite recebam valores muito próximos ao seu custo de produção para continuarem concorrendo com os importados.

A maioria das propriedades que produzem leite, possuem outras atividades para geração de renda, tendo assim pouca especialização na atividade

leiteira e baixo investimento. As atividades rurais no país são muitas, pela grande quantidade de possibilidades de produção, trazendo a falta de especialização na produção de leite, e os consequentes ganhos de escala, necessários à inserção internacional. Muitos proprietários de grandes extensões de terras optam por produzir grãos, pois seu custo é mais baixo comparado ao de outros países exportadores, incentivando o comércio internacional desses produtos. Pode-se observar que o país tem especialidade na produção de grãos, mas não na produção de leite, mesmo possuindo uma estrutura compatível para se tornar um exportador de lácteos. No ano de 2010, o Brasil ocupou a quinta posição entre os maiores países produtores de leite do mundo, sendo responsável por 5,3% do leite produzido, fator positivo para que o Brasil possa planejar a exportação de lácteos (EMBRAPA, 2012a).

A produção de leite tem crescido, empregando mão de obra e tendo participação na formação da renda bruta da agricultura, mas tem pouca participação nas exportações do país. As exportações que ocorrem são por causa do baixo consumo de produtos derivados do leite, pelo fato da renda média *per capita* dos brasileiros ser baixa para consumir produtos como, por exemplo, iogurte, leite em pó, manteiga e queijo considerados caros, comparados com os preços praticados de alguns países que exportam para o Brasil (REVISTA BALDE BRANCO, 2013).

No cenário mundial o consumo de leite e seus derivados estão em constante crescimento, isso devido ao aumento da renda, com destaque para países que estão em desenvolvimento econômico. Mesmo com a produção mundial crescendo, esta produção não está conseguindo atender à demanda existente, abrindo assim oportunidades para países com baixo custo de produção, tornando-os mais competitivos. O Brasil tem produção diversificada, desde a especializada, com confinamento e uso de rações e concentrados, até a produção a pasto. Esta última é característica da maioria das propriedades brasileiras, onde se consegue um custo de produção mais baixo, no entanto com produção menor (ZOCCAL, 2005).

Assim sendo, este trabalho vem analisar como funciona a cadeia produtiva do leite no Brasil e se o mesmo está aproveitando as oportunidades existentes no mercado internacional de lácteos. Serão analisadas as exportações e as importações desse setor nos últimos anos, a sua competitividade no âmbito internacional, bem como seus reflexos econômicos para a cadeia produtiva do leite, já que nos últimos anos as importações cresceram mais do que as exportações, causando certa preocupação, colocando em risco as atividades.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

2.1 Comércio internacional de *commodities* agrícolas

A revolução industrial, o avanço tecnológico e o crescimento da velocidade das informações, fizeram com que a economia se tornasse globalizada. O fato da humanidade ter acesso a informações mundiais diariamente, faz com que todas as informações e tendências econômicas causem impactos sobre a economia das nações.

O comércio internacional funciona de forma parecida com o comércio existente entre estados de um mesmo país. Em alguns casos a distância de um país para outro é menor do que de dois estados de uma nação, como por exemplo no Brasil, que possui grande área territorial. A grande diferença é que entre estados, normalmente não existem barreiras para o comércio e compartilham da mesma moeda, ao contrário do comércio entre dois países que tem moedas independentes e podem estabelecer quotas de importação e tarifas para proteger sua produção interna. Pode-se perceber que a economia internacional possui conceitos novos e diferentes (KRUGMAN; OBSTFELD, 2001).

Os pensamentos sobre economia internacional começaram com o Mercantilismo, devido a expansão comercial ocorrida no final da Idade Média. O objetivo das nações nessa época era a acumulação de metais preciosos, provenientes das exportações feitas pelas nações, já que os pagamentos na maioria das vezes eram feitos com ouro e prata. O governo apoiava e estimulava as exportações para gerar *superávit* para o país e restringia as importações, para proteger sua produção. O problema é que se todas as nações só promovessem as exportações, chegariam a um limite, pois estariam fechadas para novas importações e nesse processo se nenhum país importar algum produto, não existe exportação, porque para aumentar a exportação, a importação também tem que aumentar no comércio mundial, mostrando que não eram bem fundamentadas as ideias mercantilistas sobre comércio internacional (CARVALHO; SILVA, 2000).

Na economia internacional moderna, David Hume foi quem formulou a hipótese que propôs argumentos contra as ideias mercantilistas. Ele formulou a tese da hipótese do preço fluxo de metais preciosos, a qual explicava que o acúmulo de metais preciosos não traria benefícios para a nação superavitária. O aumento dos metais preciosos dentro de um país, não lhe proporcionaria o crescimento da riqueza e sim o aumento dos preços internos. Isso causaria o aumento do preço das exportações, reduzindo a procura de seus produtos pelos outros países, assim os países deficitários de metais preciosos conseguiriam exportar mais, já que os países superavitários de metais preciosos tenderiam a importar mais, por causa dos preços baixos dos países deficitários. Em decorrência desse processo ambos os países teriam a tendência de equilíbrio em sua balança comer-

cial (GONÇALVES *et al.*, 1998).

Adam Smith foi quem formulou a teoria das vantagens absolutas e criticava as ideias mercantilistas. Smith mostrou que a troca deveria beneficiar ambas as partes envolvidas no negócio. Resumidamente em sua teoria, Smith mostrou que a especialização dos países traria ganhos para ambos. Apresentou o exemplo de dois países que produziriam o que tem mais afinidade e custo baixo, assim cada país exporta o que produz mais e com custo mais baixo e importa o que teria que produzir com custos mais altos, obtendo vantagens absolutas para ambos os países. Ao contrário se um país produzisse tudo o que consumisse, não conseguiria se especializar e obteria menos unidades produzidas (CARVALHO; SILVA 2000).

Outra teoria de economia internacional foi formulada por David Ricardo, no início do século XIX. A teoria de Ricardo é baseada na produtividade do trabalho, o qual originou o modelo ricardiano, baseado nas unidades ou horas de trabalho utilizadas para a produção de um produto, como sendo o principal fator que provoca o comércio internacional. Cada país produz aquilo que lhe custa menos, analisando o conceito de custo de oportunidade em produzir por exemplo, o bem A ou o bem B e a escolha consiste o que apresenta as vantagens comparativas que cada nação tem em produzir um bem, em relação a produção outro bem que custaria mais unidades de trabalho ou horas trabalhadas e dispensaria mais capital e investimento (KRUGMAN; OBSTFELD, 2001).

Conforme Krugman e Obstfeld (2001), as vantagens comparativas de um país, consistem em produzir o que tem custo mais baixo em relação a outros países, ou seja, se o custo de oportunidade da produção de um produto for mais baixo em comparação ao custo de produção de outros países. A especialização de cada país causa o aumento da produção mundial, pois os países produzem o que melhor convém e em escala, aumentando a renda de cada pessoa, já que o mundo esta produzindo mais e com eficiência.

As vantagens comparativas possuem algumas limitações, pois essa teoria se limitava apenas ao fator de produção trabalho, que apresentava custos de produção de um mesmo bem, diferentes entre os países, colocando que, o trabalho não possui a mesma eficiência em todos os países. No início do século XX surgiu uma explicação para esse fato e as relações do comércio conhecida como teoria de Heckscher-Ohlin. A teoria resumidamente explicava que cada nação se especializaria em produzir o bem que mais utilizasse o fator de produção abundante, sendo capital, terra ou trabalho, indicando que, por exemplo, em países que possuem o fator terra abundante se especializariam na agricultura exportando bens primários (CARVALHO; SILVA 2000).

O comércio internacional sofre influência dos governos de cada país, porque todos querem conseguir benefícios com ele. Quando as nações se sen-

tem ameaçadas criam algumas restrições para o comércio com outros países e o Estado entra fazendo interferência e tomando medidas para incentivar o que mais lhe traz ganhos econômicos. Segundo Baumann et al. (2004) entre as exportações e importações os governos de cada país tentam manter o equilíbrio, que pode ser explicado pela teoria da proteção, que se apresenta dividida em duas partes, sendo: a) Teoria Positiva (executada com adoção de tarifas por parte do governo sobre as importações, quando estas ameaçam a produção interna, ou sobre as quantidades de importação conhecidas como quotas de importação; b) Teoria Normativa (analisa quais as razões do governo intervir na política externa do país, com taxas e quotas, qual setor deve ser protegido, ou por exemplo se é melhor taxar na compra de certos produtos importados ou a venda deles ao consumidor, conseguindo ganho fiscal).

O comércio internacional só começou a crescer no Brasil a partir da revolução industrial, com a produção em escala. Mas, somente entre 1970 e 2000, a economia brasileira aumentou de forma muito significativa a participação no mercado internacional de produtos, destacando que nesse período o valor anual das exportações brasileiras teve o aumento de vinte vezes, assim tendo grande influência o setor externo no crescimento econômico interno do país (BAUMANN et al., 2004).

O setor de produtos lácteos no Brasil tem características de importador de produtos no que se refere a comércio internacional. Em todos os anos da década de 90, foram registrados *déficits* anuais na balança de pagamentos do país. O ano de 2004 foi histórico, pois pela primeira vez foi exportado mais do que importado, gerando um *superávit* na balança comercial de lácteos de US\$ 11,5 milhões. Esse resultado gerou na época boas expectativas para os produtores de leite e as indústrias desse setor (ZOCAL, 2005).

2.1.1 Política comercial estratégica e barreiras ao comércio de *commodities*

Segundo Krugman e Obstfeld (2001), as políticas comerciais estratégicas, são nada mais que as políticas que estimulam as exportações e desestimulam as importações em alguns setores específicos de um determinado país. Essas políticas podem ter subsídios concedidos pelo governo para promover o crescimento e a competitividade de um setor específico da nação, promovendo a exportação de produtos ou serviços produzidos pelo setor que está sendo estimulado.

As indústrias de alta tecnologia são as que muitos países estimulam o crescimento. Por se tratar de indústrias que investem em pesquisa e desenvolvimento, acabam criando externalidades positivas para as outras empresas do país e trazendo benefícios sociais extras, pelo conhecimento que criam para as outras indústrias. Normalmente, são os setores que mais geram valor adicionado por trabalhador e pagam os melhores salários (KRUGMAN; OBSTFELD, 2001).

Os governos também podem adotar estratégias de substituição de importações por promoção de exportações. Aumentando a oferta interna de bens que eram importados, consegue-se evitar a importação de alguns produtos ou a redução. Para que isso ocorra o governo tem que identificar quais setores que podem produzir mais e com eficiência os produtos que estão sendo importados e, ao mesmo tempo, analisar os produtos que tem alta competitividade no comércio internacional e estimular sua produção (BAUMANN et al., 2004).

A cobrança de tarifas sobre importações e os subsídios as exportações, também é um meio de fazer com que ocorra a diminuição das importações e o aumento das exportações. A intervenção do governo que acontece no comércio internacional deve-se ao fato da distribuição de renda, por motivos de balanço de pagamentos ou para incentivar o crescimento de indústrias que são importantes para a economia do país (KRUGMAN; OBSTFELD, 2001).

Os governos também usam barreiras comerciais para proteger seu comércio interno e evitar ou diminuir importações. As barreiras comerciais são tarifárias, que podem ser em valoração aduaneira, alguns tipos de taxas e tarifas de importação. Também existem as barreiras não-tarifárias, que podem ser restrições quantitativas, subsídios, medidas sanitárias e fitosanitárias, e outras medidas com o objetivo de proteger o comércio interno (MDIC, 2013)

As tarifas são impostos cobrados sobre os preços dos produtos importados que entram no país. São usadas para proteger os produtores nacionais para que o produto produzido dentro do país tenha o valor equivalente ou menor ao importado. Na maioria das vezes, a tarifa é cobrada *ad valorem*, ou seja, o valor da tarifa é cobrado conforme o valor do produto em que uma porcentagem é estabelecida sobre o valor do produto (CARVALHO; SILVA 2000).

Já as barreiras não-tarifárias são restrições impostas pelos governos para proteger o seu mercado interno, que as vezes são usadas para proteger indústrias nacionais que possuem produtos similares aos importados. Esse tipo de proteção foi usado no Brasil, quando foi aplicado o programa de substituição de importações.

Os países em desenvolvimento enfrentam alguns problemas em relação a exportação de *commodities* e bens pouco elaborados. Os “picos” tarifários, que chegam a até 12% *ad valorem* e são aplicados em maior grau para os alimentos básicos, como açúcar, arroz, leite e derivados.

A agroindústria, a indústria têxtil e de vestuário são prejudicadas e são setores que os países em desenvolvimento são mais competitivos. Os produtores dos países em desenvolvimento ficam com seus produtos menos competitivos no comércio internacional, por causa da proteção que os países desenvolvidos fazem para seus produtos (BAUMANN et al., 2004).

Vale ressaltar atuação da Organização Mundial do Comércio (OMC),

criada em 1995, substituindo o Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT) de 1947, possui como objetivo a liberalização do comércio entre os países membros. No âmbito da OMC e evidentes discussões provenientes de negociações comerciais a partir da Rodada Doha em 2001, principalmente sobre discussões para a liberalização de produtos oriundos do agronegócio e de grande interesse para o Brasil.

No quadro 1 é possível observar os grupos de interesse dentro dessa nova rodada. No caso do Brasil, o governo atua no sentido defensivo referente ao mercado agrícola e ofensivo em relação aos subsídios à indústria. Os Estados Unidos assumem uma postura diferente do Brasil, sendo ofensivo aos subsídios agrícolas e defensiva com relação à indústria. Na sequência, a União Europeia, assume uma postura pontual, sendo ofensiva referente a acesso a mercados agrícolas, e ora ofensiva, ora defensiva em relação a subsídios a agricultura, e também defensiva no referente a indústria.

Quadro 1: Grupos de interesse na Rodada Doha

| Grupo | Principais países | Agricultura | | Indústria | Serviços |
|---------------------------------|-------------------------------------|-------------|--------|-----------|----------|
| | | Subsídios | Acesso | | |
| Estados Unidos | | | | | |
| União Europeia | | | | | |
| <i>Free traders (Cairns)</i> | Austrália, Nova Zelândia e Chile | | | | |
| PDs resistentes | G-10: Japão, Coreia, Suíça, Noruega | | | | |
| G-20 | Brasil, Argentina, Tailândia | | | | |
| | China | | | | |
| PED | G-33 e G-90 | | | | |
| PED – <i>net food importers</i> | LDCs* e outros | | | | |

■ Posições ofensivas □ Posições defensivas ▣ Posições mistas

*Least Developed Countries ou Países de menor desenvolvimento relativo: os 49 países mais pobres, 33 dos quais na África

Fonte: Instituto de Estudos do Comércio e Negociações Internacionais – ICONE (2006)

Contudo, com relação aos resultados apresentados diante das discussões nessa rodada e paralelo a isso, ao ambiente econômico desfavorável a partir da crise de 2008, houveram dificuldades para que as discussões no âmbito da Rodada Doha obtivessem sucesso. Conforme Mazzuchetti, Rodrigues e Ramos (2014),

no que se refere às negociações em Doha, a retomada em cenário de crise não favoreceu os entraves das negociações, isto porque, do ponto de vista econômico, a crise financeira internacional provocou retração da atividade produtiva com aumento do desemprego, de modo que o cenário foi propício às ações protecionistas com medidas voltadas ao subsídio entre outros mecanismos, ou seja, a Rodada Doha nesse cenário não teria esforços para avançar.

Afirmam Braun, Lima e Cardoso (2007) que a rodada Doha de negociações na OMC, teve um caráter importante no que se refere a trazer a tona, o compromisso único e ambicioso voltado para o desenvolvimento, por meio das seguintes negociações: aumento substancial no acesso aos mercados; reduções, com vista à eliminação, de todos os subsídios à exportação; e reduções substanciais em apoio doméstico que mais distorçam o comércio.

2.2 O AGRONEGÓCIO BRASILEIRO

O setor de produtos lácteos está inserido no contexto do agronegócio que é muito abrangente. Segundo Araújo (2003), o agronegócio, pensando com uma visão de sistemas, envolve os setores denominados “antes da porteira”, “dentro da porteira” e “após a porteira”. Os setores “antes da porteira” são compostos pelas empresas ou pessoas fornecedoras de insumos e serviços para a produção rural. Os setores “dentro da porteira” referem-se a todas as atividades que são executadas dentro da propriedade rural para a produção agropecuária. E os setores “após a porteira” envolvem as atividades de armazenamento da produção, da industrialização, do transporte e consumo de produtos agroalimentares.

O conceito de *agribusiness* tem o mesmo sentido de agronegócio. Este termo foi utilizado pela primeira vez por dois pesquisadores da Universidade de Havard, sendo eles, John Davis e Ray Goldeberg, no ano de 1957. Segundo eles este conceito compreende desde o suprimento dos insumos utilizados para a produção agropecuária, todas operações executadas na propriedade rural para a produção, o armazenamento, o transporte dos produtos agrícolas e todos os produtos fabricados a partir da produção agropecuária até a disposição do produto final para o consumidor (BATALHA, 1997).

A crescente dependência de insumos industrializados adquiridos no mercado para a produção agropecuária e a complexidade dos processos desenvolvidos para armazenagem e distribuição dos produtos oriundos da propriedade rural, retirou do produtor a responsabilidade de todos esses processos, trazendo a especialização dos agentes de cada processo e a transformação da matéria-prima em vários derivados e produtos industrializados com valor agregado, envolvendo maior número de agentes até chegar ao produto final, demonstrando a importância e a expansão do agronegócio (ZYLBERSZTAJN; NEVES, 2000).

A boa atuação e a competitividade do agronegócio podem ser atribuídas ao bom desempenho da estrutura da cadeia produtiva que o mesmo faz parte, além de depender da capacidade dos agentes participantes da cadeia, em suprir as necessidades da demanda, que exige qualidade dos insumos para a produção, qualidade da matéria-prima, do produto final e a disposição dele ao consumidor (CALDAS, 1998).

O bom desempenho do agronegócio contribui para economia das nações pela quantidade de empregos e renda que gera em seus processos. É necessário que exista uma estrutura coordenada de agentes sociais e econômicos, que permita as agroindústrias disponibilizarem aos consumidores finais produtos com alto padrão de qualidade, garantindo a demanda e a competitividade no âmbito internacional. Um bom ambiente institucional e de estabilidade econômica são indispensáveis para o sucesso de toda a cadeia agroindustrial, que gera tributos e tem participação nas contas públicas, tanto internas quanto externas (BATALHA, 2009).

No Brasil, o agronegócio é muito importante para a economia e tem grande participação no PIB nacional, como por exemplo em 2003, em que foi responsável por 17% do PIB, gerando saldos positivos na balança comercial do país e que está aumentando sua participação, como em 2011 que chegou a representar um pouco mais de 22% do PIB brasileiro. Isso demonstra a grande importância que o agronegócio tem na geração de renda e na economia do Brasil (NEVES et al., 2005).

O agronegócio tem vários sistemas agroindustriais que são considerados como todas as atividades que são realizadas para a produção de um produto agroalimentar ou agroindustrial para o consumidor final. Esse sistema é o conjunto de todas as operações que são feitas para a produção de um determinado produto para o consumidor final e não está ligado diretamente com um único produto. Por isso, a definição de sistemas agroindustriais se identifica com a definição de *agribusiness*, de acordo com a definição proposta por Goldeberg comentado anteriormente (BATALHA, 1997).

As relações agroindustriais tiveram grande destaque, principalmente nas literaturas dos anos 1960, com destaque aos estudos teóricos desenvolvidos por estudiosos da França, país em que surgiu pela primeira vez o conceito de cadeia (*filière*). Esse conceito foi colocado em prática nos estudos agroindustriais em todo o mundo, o qual influenciou no Brasil o surgimento de muitas literaturas sobre o assunto. Essas literaturas abordam o resultado de cadeias produtivas em termos de lucratividade, produção, preços e gestão das empresas que fazem parte da cadeia. O leite é um exemplo de um produto primário que possui uma cadeia de produção (ZYLBERSZTAJN; NEVES, 2000).

O agronegócio do leite tem papel importante na economia do Brasil,

no que diz respeito a geração de empregos e renda para a população e atender a demanda por alimentos. Tem grande participação social no país, com destaque a geração de empregos. Em 2002 o país tinha mais de um milhão e cem mil propriedades com a atividade leiteira, isso significa cerca de 3,6 milhões de empregos diretos e participação de 40% no total dos postos de trabalho existentes no meio rural (EMBRAPA, 2002).

3 METODOLOGIA

Entende-se que a pesquisa, tem a função de descobrir respostas a problemas empíricos. A pesquisa tem em seu objetivo apresentar respostas racionais e objetivas para o problema proposto é classificada em dois tipos, segundo a sua origem, que pode ser de ordem intelectual ou de ordem prática. A pesquisa intelectual é feita para adquirir conhecimento sobre o assunto tratado no problema proposto. Na pesquisa de ordem prática, o pesquisador além de adquirir conhecimento sobre o problema proposto, traz informações que ajudam a tomar ações afim de resolve-lo (GIL, 1991).

O método usado para elaboração deste trabalho foi o indutivo-estatístico em que observa-se os fatos, acontecimentos ou fenômenos questionados, depois de coletados dados estatísticos quantitativos e analisados junto com informações e dados históricos, levantando a provável conclusão acerca da resposta ao problema proposto. Esse método é muito usado nas ciências sociais, por as leis econômicas serem variáveis e relativas e não absolutas, variam dependendo do tempo e lugar que é pesquisada. (GIL, 2000)

Para chegar aos objetivos propostos a pesquisa foi realizada por meio de fontes secundárias que usam os dados já coletados como fonte de informações, obtidas através de livros, de trabalhos impressos, revistas e por meio eletrônico. Estes dados foram analisados e discutidos para elaboração da conclusão. (MARCONI; LAKATOS, 1999).

Foram utilizadas também pesquisas por meio eletrônico nos *sites*, do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Embrapa gado de leite, Milkpoint, Ministério do desenvolvimento, indústria e comércio exterior (MDIC), Instituto brasileiro de geografia e estatística (IBGE), Instituto de pesquisa econômica aplicada (IPEADATA), Centro de inteligência do leite (Cileite), Associação brasileira dos produtores de leite (Leite Brasil), Centro de estudos avançados em economia aplicada (CEPEA) e Ministério da agricultura, pecuária e abastecimento (MAPA).

Neste trabalho foram estudados principalmente dois campos da economia: a economia agrícola que estuda a produção agropecuária, a estrutura de produção, mercados e outros temas ligados a este campo; e a economia interna-

cional, que trata de temas como comércio internacional, balanço de pagamentos etc (GIL, 1991).

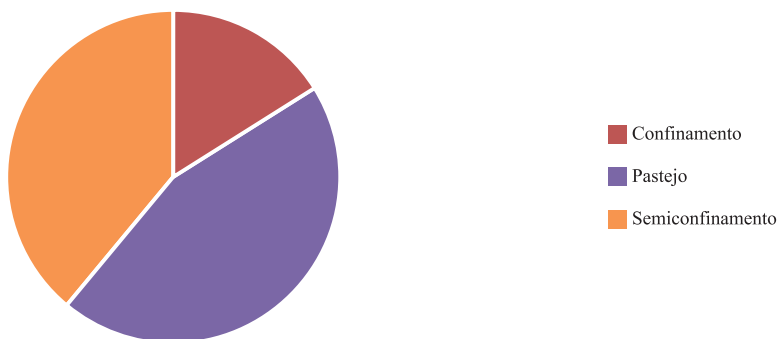
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 A estrutura produtiva do agronegócio do leite no Brasil

No Brasil existe grande diversidade de técnicas de produção de leite, desde a mais sofisticada até a mais simples com baixo nível tecnológico, e por isso o custo de produção pode variar dependendo da matriz tecnológica utilizada. Mas o que pode ser observado é que no Brasil, na maioria dos estabelecimentos rurais produtores de leite, utiliza-se a pastagem como principal fonte de alimentação das vacas, o que economicamente torna mais barato a produção de leite. O uso extensivo de pastagens na alimentação do gado leiteiro reduz bastante o consumo de concentrados e rações na alimentação, diminuindo expressivamente os gastos com alimentação das vacas para a produção de leite (RBAS, 2011).

A figura 1 apresenta dados de uma enquete realizada pela Milkpoint em 2012 por tipo de produção. Pode-se observar a maioria (44,6%) dos produtores utiliza o sistema de pastejo para criação de seus animais. O sistema de semi-confinamento (parte do manejo do animal é realizado em pastejo e outra parte em confinamento), houve considerável participação, com 39,2% do total. E o sistema de confinamento é utilizado por 16,3% destes produtores.

Figura 1: Tipo de produção



Fonte: Milkpoint 2012a.

Na maioria dos estabelecimentos rurais em que se produz leite, o custo de produção é calculado somente considerando os gastos diretos da produção. Normalmente é estimado considerando os gastos com reposição do plantel, ali-

mentação dos animais, mão de obra, energia elétrica, produtos de limpeza, entre outros, considerando os gastos mais visíveis e práticos de se estimar. A produção de leite envolve várias atividades que vão desde os cuidados com os animais, seja cria e/ou recria, o cultivo de pastagens e forrageiras e uso de máquinas e equipamentos, tornando a gestão da atividade um fator decisivo para se ter o menor custo de produção possível (YAMAGUCHI et al., 2005).

A alimentação dos animais corresponde até 65% do custo de produção do leite, em que está inserido os gastos com rações, sais minerais, pastos e silagens, incluindo mão de obra, energia elétrica, combustível, máquinas e equipamentos utilizados no processo (MILKPOINT, 2011).

Como no Brasil a maioria dos produtores de leite são pequenos produtores, os custos de produção são altos, deixando pequena a margem de lucro para quem produz. Seus conhecimentos sobre a atividade normalmente são oriundos de experiência de vida, sem conhecimentos técnicos em gestão. Na comercialização existe muita assimetria de informações e por consequência os preços pagos para o produtor são determinados pelos compradores que pagam o mínimo possível para ter boa margem de lucro nos derivados do leite (YAMAGUCHI et al., 2005).

No país em torno de 1,3 milhões de propriedades rurais tem presente a produção leiteira, sendo que 58% da produção total é feita em propriedades de agricultores familiares e a atividade gera aproximadamente 4,7 milhões de empregos no campo (MDA, 2013). Levando em consideração toda a cadeia produtiva do leite, a qual envolve empresas fornecedoras de insumos, indústrias e comércio de leite e seus derivados, o número de empregos gerados é grande e contribui significativamente para a economia nacional.

A produção de leite no Brasil é a fonte de renda de muitas famílias que possuem pequenas propriedades e que não são viáveis economicamente as atividades agrícolas, por ter áreas rurais com pouca terra mecanizada, em que a pecuária leiteira na maioria das propriedades envolve a mão de obra familiar, contribuindo para diminuir o exôdo rural.

O comércio e a produção de leite se fortaleceram a partir dos anos 90, com a abertura econômica, o plano de estabilização e a liberação de preços. Esses fatores fizeram crescer os investimentos na cadeia produtiva do leite. Em 1994 com a criação do plano real, a economia se fortaleceu, aumentando a renda do consumidor e, conseqüentemente, aumentando a produção de leite.

Outro fortalecimento do comércio e da produção de leite foi a classificação dos supermercados como principais distribuidores do leite e seus derivados. Um fato importante foi a entrada do leite longa vida no mercado, que supriu a necessidade de comodidade e praticidade para consumidor que adquire um produto com prazo de validade maior (EMBRAPA, 2003).

Com a chegada do livre mercado para a cadeia produtiva do leite, os preços pagos aos produtores que eram tabelados pelo governo teve seu fim. Os laticínios e indústrias de produtos lácteos passaram a pagar preços aos produtores, sem considerar seus custos de produção. O varejo que começou a determinar o valor pago aos laticínios e indústrias, conforme o preço que o consumidor paga, para manter a demanda de leite e derivados (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS PRODUTORES DE LEITE, 2003).

Como a atividade leiteira depende de muitos insumos, a variação cambial, também influencia no valor pago ao produtor e no preço final do leite e seus derivados para o consumidor. Os fornecedores de insumos são empresas nacionais e multinacionais. Os insumos vão desde equipamentos para ordenha, produtos de limpeza, sementes, fertilizantes, entre outros.

O comércio de leite e seus derivados são feitos normalmente por três tipos de organizações que compõe a cadeia produtiva do leite: a) as cooperativas de produtores de leite, que podem ser cooperativas singulares, cujo os sócios são produtores de leite que vendem em comum o leite *in natura* e derivados, compram em comum os insumos (algumas tem ainda indústria que fabricam produtos voltados aos mercados regionais); b) as cooperativas singulares comumente prestam serviços de assistência técnica aos seus cooperados; c) as cooperativas de produtores de leite podem ser também cooperativas centrais que tem como associados as cooperativas singulares. Seu objetivo é alcançar economias de escala no processo de industrialização do leite, para suprir a demanda de grandes cidades ou regiões e alcançar o menor custo possível na fabricação de derivados de leite. Um exemplo em nossa região é a Cooperativa Central Frimesa em Marechal Cândido Rondon, formada pelas cooperativas singulares Copagrill (Marechal Cândido Rondon), Copacol (Cafelândia), C. Vale (Palotina), Lar (Medianeira) e Primato (Toledo).

Outro tipo de organização são as empresas privadas nacionais, que compram a matéria-prima, fazem a industrialização e a distribuição dos produtos lácteos. Essas empresas fabricam produtos específicos para atenderem a demanda regional e a coleta de leite também é feita regionalmente.

Por último, as empresas privadas transnacionais que possuem capital externo. Atuam tanto na captação do leite que pode ser em âmbito nacional e às vezes internacional, quanto na comercialização e distribuição dos produtos finais. Seus produtos têm características mais elaboradas, com alto valor agregado e usam marcas que são nacionalmente ou internacionalmente conhecidas (FIGUEIRA; BELIK, 1999).

No Brasil, a produção de leite está presente em todo o território nacional, mostrando que a atividade é economicamente importante para o desenvolvimento de todas as regiões do país. A Tabela 1 a seguir mostra os principais

estados produtores de leite no Brasil em 2010 (EMBRAPA, 2012a).

Tabela 1: Ranking da produção de leite por estado – 2010

| Estado | Volume de produção (mil litros) | % Total |
|-------------------|--|----------------|
| Minas Gerais | 8.388.039 | 27,3 |
| Rio Grande do Sul | 3.633.834 | 11,8 |
| Paraná | 3.595.775 | 11,7 |
| Goiás | 3.193.731 | 10,4 |
| Santa Catarina | 2.381.130 | 7,8 |
| São Paulo | 1.605.657 | 5,2 |
| Bahia | 1.238.547 | 4,0 |
| Total | 30.715.460 | 100 |

Fonte: EMBRAPA (2012b).

Conforme observa-se na Tabela 1, os estados da região Sudeste e Sul, são os responsáveis por grande parte da produção nacional de leite e também são os que tem maior população. Como sua população é maior, o consumo também é grande. Minas Gerais, o estado em primeiro lugar no ranking é o destaque para o ano, com produção equivalente a 27,3% do total, em seguida o estado do Rio Grande do Sul com 11,8% e em terceiro lugar o estado do Paraná com 11,7% do total produzido. Vale destacar que os sete principais estados produtores de leite do Brasil em 2010 (Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Paraná, Goiás, Santa Catarina, São Paulo e Bahia) produziram mais de 78% do total.

A demanda de leite no Brasil é apresentada na Tabela 2 a seguir e apresenta dados do ano de 2007 sobre a demanda de leite por faixa etária, apresentando a faixa etária dos adolescentes (10 a 19 anos) como sendo a que mais necessita de leite comparado com a faixa etária das crianças (até 10 anos), pois os adolescentes consomem mais leite, pela quantidade da população com as faixas etárias citadas. (EMBRAPA, 2010). Neste mesmo ano a produção de leite chegou a 21,6 bilhões de litros, segundo dados do IBGE (CILEITE, 2009).

Tabela 2: Demanda de leite no Brasil em 2007

| Faixas de idade | Recomendação litros/ano | População 2007 | Demanda (Milhões de litros/ ano) |
|-----------------------------|------------------------------------|-----------------------|---|
| Crianças (até 10 anos) | 146 | 32.324.081 | 4.719 |
| Adolescentes (10 a 19 anos) | 256 | 36.318.893 | 9.298 |
| Adultos (20 a 69 anos) | 219 | 8.076.994 | 1.769 |
| Idosos | - | 183.987.291 | 39.277 |
| Total | | | |

Fonte: Ministério da Saúde e IBGE Elaboração: R.ZOCCAL - Embrapa Gado de Leite.

Analisando os dados da Tabela 2 e a produção de leite em 2007 observa-se que, se a população consumir leite de acordo com o recomendado pelo Ministério da Saúde, a produção não atende a demanda interna de leite. Além disso, não foi considerada a parcela de leite que é produzido e transformado em outros produtos derivados do leite como queijo, manteiga, leite em pó para fabricação de outros alimentos, entre outros.

Dessa forma, entende-se que no ano de 2007 a produção interna de leite não foi capaz de suprir as necessidades da população brasileira, contribuindo para que ocorresse importação de leite de outros países como a Argentina e o Uruguai, devido principalmente à distância e a facilidade de transporte de leite entre esses países.

4.2 A competitividade do leite produzido no Brasil

No ano de 2012 o Brasil bateu o recorde de importações de produtos lácteos, foi o maior valor importado dos últimos 12 anos, apresentando um aumento de 11% comparado a 2011. O Uruguai e a Argentina foram os países que mais exportaram para o Brasil, os quais são integrantes do MERCOSUL, em que até o final de 2012, era aplicada a Tarifa Externa Comum de 28% para produtos lácteos originados de países que não fazem parte desse bloco econômico.

A Tabela 3 mostra a balança comercial do volume importado e exportado de leite em pó e queijo no mês de agosto de 2012. Nesse período se destaca o leite em pó como o produto que mais se importou, sendo 57% importado do Uruguai e 43% importados da Argentina.

Tabela 3: Balança comercial de lácteos (em kg) - agosto de 2012

| Agosto de 2012 | Exportação | Importação | Saldo |
|-----------------------|-------------------|-------------------|--------------|
| Leite em pó integral | 5.945 | 5.117.060 | - 5.111.115 |
| Leite em pó desnatado | 0 | 2.492.000 | - 2.492.000 |
| Queijos | 156.973 | 1.701.394 | -1.544.421 |
| Total | 162.918 | 9.310.454 | - 9.147.536 |

Fonte: Elaborado por Milkpoint (2012c).

Com a Argentina foi estabelecida cotas mensais de importação, já com o Uruguai ainda não existe cotas, apesar do governo tentar acordos para estabelecer quantidades de entrada de produtos lácteos oriundos desse país durante o ano de 2011 (REVISTA BALDE BRANCO, 2013).

As exportações de leite e seus derivados são importantes para o desenvolvimento do país, principalmente pelo elo existente na cadeia produtiva do leite e sua relação com as outras estruturas produtivas que são afetadas diretamente e indiretamente pelos fatores envolvidos na produção e transformação, cujo efeito ocasiona o aumento do emprego e renda. Para isso, o Brasil tem que se tornar mais competitivo, diminuindo os custos e aumentando o lucro.

O baixo nível tecnológico dos pequenos produtores de leite (que são a maioria) faz com que o custo de produção seja alto. Os preços pagos aos produtores são baixos devido ao baixo poder aquisitivo do mercado interno e a falta de incentivo do poder público, fatores estes que influenciam na competitividade do leite produzido no Brasil (MONDAINI, 1996 apud CAMPOS; PIACENTI, 2007).

Segundo Mondaini (1996 apud CAMPOS; PIACENTI, 2007), no Brasil o custo da produção de um litro de leite é alto, cerca de U\$0,25, se comparado com a Argentina e Uruguai que são de U\$ 0,21 e U\$ 0,14, respectivamente. O melhor desempenho desses países se deve ao alto grau de tecnologia empregado na produção, baixo custo do insumos, animais com genética apurada para produção de leite, produtores especializados, disposição de grandes áreas de pastagens naturais e boa alimentação dos animais.

Até 1991, existiam as cotas de importação de lácteos que protegia o mercado interno já que o único importador era o governo. Com a abertura comercial ocorrida após esse período, as alíquotas de importação foram reduzidas e a criação do MERCOSUL facilitou a entrada de lácteos no mercado nacional. Os produtores brasileiros se defrontaram com uma concorrência forte, por causa das vantagens que o leite produzido na Argentina e no Uruguai tem quando comparado com o leite produzido no Brasil em termos de custo (RODRIGUES et al., 2001).

O ambiente institucional da cadeia produtiva passou por três grandes mudanças na década de 90 que afetaram o mercado, a produção e as indústrias de transformação do leite, as quais são: a liberalização dos preços após 45 anos de tabelamento; e os preços do leite e seus derivados começaram a ser definidos pelo mercado. Cada parte da cadeia produtiva passou a negociar os preços de compra e venda na abertura comercial, que eliminou as restrições não-tarifárias e quantitativas sobre as importações de produtos lácteos. Nesse momento as importações passaram a ser feitas diretamente pelas indústrias e laticínios. Essa mudança aconteceu para cumprir as recomendações da negociação agrícola da Rodada do Uruguai, que originou a Carta de Punta del Leste em 1986 (FONSECA, 1994 apud FIGUEIRA; BELIK, 1999).

A criação do MERCOSUL em 26 de março de 1991, que foi oficializado pelo tratado de Assunção, sendo países membros a Argentina, o Brasil, o Paraguai e o Uruguai. Também foi criado a TEC (Tarifa Externa Comum) que é aplicada para os países membros, com valor menor do que para países fora do bloco. Com isso as importações de lácteos feitas pelo Brasil são em grande parte vindas da Argentina e Uruguai. Para se ter uma ideia, apenas em 1997, 71,6% das importações de lácteos foram oriundas do MERCOSUL (FIGUEIRA; BELIK, 1999).

A cadeia produtiva do leite do Brasil não estava preparada para tais mudanças. Antes dessas mudanças o governo era um grande comprador de leite e derivados, chegando adquirir produtos para suprir a demanda com programas sociais. O ambiente anterior a abertura comercial era de baixo estímulo a avanços tecnológicos e investimentos no setor, já que não se previa ganhos adicionais no setor. O objetivo dos agentes envolvidos era ser remunerados e obter a manutenção de suas compras.

Com esse cenário criou-se um ambiente sem competitividade e eficiência na produção para concorrer com o mercado internacional de lácteos (RODRIGUES et al., 2001). Apesar da baixa competitividade no início dos anos 90, a partir de 1994, com a criação do Plano Real que estabilizou a economia nacional (estabilização monetária) e aumentou a renda do consumidor, o consumo de lácteos aumentou. Isso causou vários investimentos em todas as partes do sistema agroindustrial do leite. As empresas passaram a criar novos produtos para atender a nichos de mercado. As empresas privadas e cooperativas passaram a concorrer via preços com produtos com pouca diferenciação como leite pasteurizado, leite longa vida, leite em pó, entre outros (FIGUEIRA; BELIK, 1999).

O consumo interno de leite tem aumentado bastante nos últimos anos. A renda do consumidor é um fator de grande relevância no mercado de leite. Conforme a renda do consumidor aumenta o consumo de lácteos aumenta também. A demanda interna e a restrição quanto ao preço do leite e seus derivados para

consumidor faz com que as indústrias comprem matéria-prima com o mais baixo custo possível, para manter a demanda e obter lucros.

Como o custo de produção interno é alto, as empresas procuram por matéria-prima em âmbito internacional, que por sua vez são influenciadas pelas cotações internacionais, taxa cambial em dólar, além de outras tendências de mercado. Isso explica o aumento das importações ocorridas a partir da década de 90 (MARTINS, 2004).

Em 2012, o Uruguai foi o principal fornecedor de leite em pó para o Brasil com cerca de 57% do volume importado, os outros 43% foram provenientes da Argentina (MILKPOINT, 2012b). Nos anos 90, após a abertura comercial que permitiu as empresas decidirem importar ou não produtos lácteos e com a liberalização dos preços em todos os elos da cadeia produtiva do leite, gerou aumento das importações de produtos lácteos. As empresas transnacionais foram as principais responsáveis pelos volumes importados.

Os produtores de leite, laticínios e cooperativas foram colocados diante de uma concorrência internacional (FIGUEIRA; BELIK, 1999). A Argentina, por exemplo, tem custo de produção (em média) menor que o Brasil, devido a fatores relacionados ao clima e ao solo. Assim, conforme aumenta a produção de leite neste país, aumenta a concorrência para os produtores de leite e laticínios brasileiros.

No ano de 1994 ocorreu grandes investimentos nas indústrias de lácteos no Brasil, que foram de aproximadamente 250 milhões de dólares aplicados no país. Desse montante 48% foram de empresas multinacionais. O motivo de grandes investimentos econômicos no Brasil, foi devido ao grande potencial de produção que possui (GOMES, 1995).

O Brasil não tem tradição de ser um grande exportador de lácteos, mas tem condições de produzir mais. As exigências dos padrões de qualidade internacional são desafios que o governo e a iniciativa privada devem cumprir para se tornar competitivo e aumentar o volume de exportações (CARVALHO et al. 2005, apud VIEGAS, 2006).

O grande desafio para exportação de lácteos brasileiros, são as barreiras não-tarifárias impostas pelos países que tem potencial para ser grandes consumidores. Requisitos técnicos, ambientais, sanitários, políticas de preços mínimos e valorização aduaneira, são exemplos de barreiras utilizadas para impedir a importação de leite. Em alguns países são usadas arbitrariamente sem ter um motivo concreto, significando uma forma de neoprotecionismo (ICONE, apud VIEGAS, 2006).

Os Estados Unidos, Venezuela, Chile, Argentina, Japão, Colômbia, México, Peru, União Europeia e Canadá foram grandes importadores de leite e lácteos brasileiros em 2005. Os países com mais barreiras não-tarifárias foram os

que importaram menos, mostrando que essas barreiras influenciam e dificultam a entrada de produtos nos países importadores. Quase 69% das exportações de lácteos do Brasil foram feitas para países com poucas ou nenhuma barreira não-tarifária (VIEGAS, 2006).

O principal produto lácteo exportado é o leite em pó, que em 2008 representou 89% do total de produtos exportados, sendo que a maioria foi vendida para a América do Sul, cuja a Venezuela foi o país que mais importou este produto do Brasil e, em segundo lugar, ficaram os países do continente Africano (SECEX, MIDC 2009, apud SIMÕES; OLIVEIRA, 2010).

Observa-se que os países desenvolvidos como Estados Unidos, Japão e países pentecentes a União Europeia são os que mais impõe barreiras tarifárias e barreiras não-tarifárias para os produtos lácteos importados. Eles usam também subsídios para exportação e para a produção, como forma de proteger seus produtores e seu mercado interno. O Brasil sente dificuldades para exportar para esses países, pois as barreiras e subsídios impostos por estes países distorcem o preço do leite no mercado internacional, prejudicando a concorrência no mercado mundial e os países emergentes são os mais prejudicados (SIMÕES; OLIVEIRA, 2010).

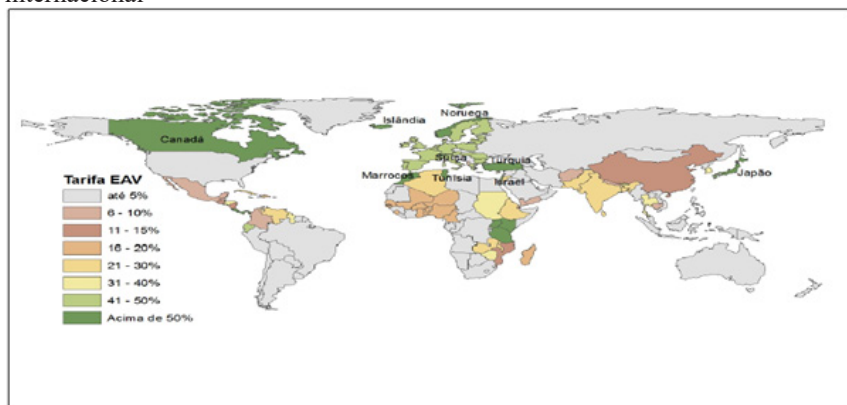
O leite se trata de um produto muito precíval e causa preocupação quanto a segurança alimentar porque é usado diretamente no consumo humano, seja em sua forma natural ou em produto derivado. O conhecimento das normas e barreiras impostas pelos países exportadores é extremamente importante para se adequar aos padrões internacionais e continuar nesse mercado altamente competitivo o qual o Brasil está inserido (VIEGAS, 2006).

O leite é um dos produtos mais protegidos no mercado internacional por se tratar de um grande gerador de renda e emprego na sua produção, ocasionando um impacto social onde é produzido em relação a outras atividades agrícolas e pecuárias desenvolvidas no campo, sendo que é praticamente produzido em todas as regiões do planeta (SIMÕES; OLIVEIRA, 2010).

Ao ser analisados os produtos lácteos exportados pelo Brasil, observa-se que o que mais impacta são as tarifas impostas pelos países importadores para diminuir a entrada de produtos estrangeiros. Os altos picos tarifários incidem sobre os produtos brasileiros e os produtos mais atingidos são o leite condensado, manteiga, leite UHT e leite em pó integral (EMBRAPA, 2011).

Na figura a seguir apresenta-se as tarifas aplicadas sobre cada um destes produtos por alguns países. Estão representadas as tarifas específicas e mistas em equivalente *ad valorem* (Tarifas EAV).

Figura 2: Níveis de proteção aplicados ao leite UHT brasileiro no mercado internacional



Fonte: Macmap (2011 *apud* Embrapa 2011).

Conforme a Figura 2, o Canadá, a Turquia e o Japão são os países que colocam maiores barreiras tarifárias sobre os lácteos exportados pelo Brasil. A Suíça, a Noruega e a Islândia também apresentam elevadas tarifas para os derivados de leite citados.

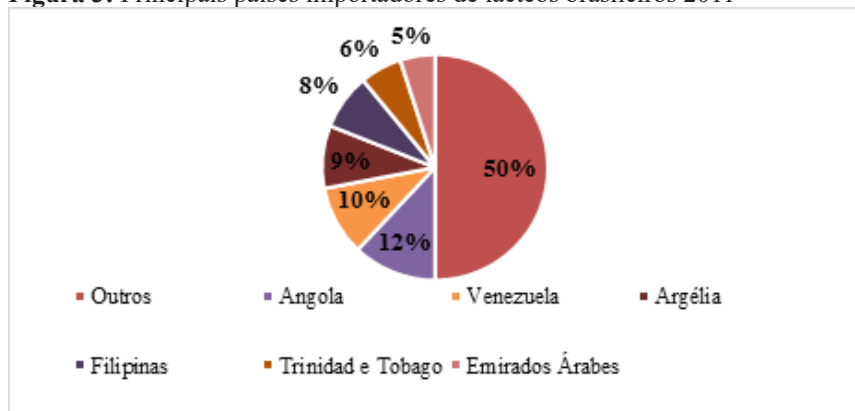
O Brasil tem possibilidade de aumento da produtividade de leite via aumento da demanda por meio de incremento na renda média da população, crescimento da exportação e incentivos ao consumo. Com ganhos de produtividade, aumento da área de exploração com a atividade leiteira e especialização na produção, o país tem possibilidade de se tornar um grande exportador de lácteos, já que em comparação com os principais países exportadores tem oportunidade de aumentar sua produção e ofertar o leite a custo baixo porque em quase todas as propriedades leiteiras se usa de pastagens para alimentação dos animais que ajuda a ter o custo baixo. O mundo mostra um aumento na demanda de lácteos e o nosso país tem fatores favoráveis para atender essa demanda (SIMÕES; OLIVEIRA, 2010).

O governo tem projetos para ampliar a exportação até este ano de 2014, aumentando em 30% os investimentos no setor com ações de cunho comercial, promovendo o leite brasileiro no mercado internacional. Países como Angola, Arábia Saudita, Argélia, Emirados Árabes, Venezuela, China, Iraque e Egito foram alvo de missões de prospecção de negócios e parcerias para promover o crescimento da exportação de leite e derivados do Brasil (REVISTA GLOBO RURAL, 2013).

A figura 3 a seguir mostra os principais países que importaram leite e

lácteos do Brasil no ano de 2011 em porcentagem do total importado. Destaca-se nesse gráfico, que os países que mais importaram no ano de 2011, foram países do continente africano, tais como a Angola (12%) e a Argélia (9%). Cabe destaque para países asiáticos como os Emirados Árabes (5%) e as Filipinas (8%), e também países pertencentes as Américas, tais como a Venezuela (10%) e Trinidad e Tobago (6%).

Figura 3: Principais países importadores de lácteos brasileiros 2011



Fonte: MDIC (2013).

Observa-se que no ano de referência, a Angola foi o país que mais importou com 12% do volume total, seguida da Venezuela com 10%. Entre os seis principais países importadores de leite e produtos lácteos, estão países da América do Sul, África, Ásia e Oriente Médio. Esses países são menos exigentes fazendo com que o produto nacional seja mais competitivo, não possuem barreiras tarifárias e não-tarifárias que prejudiquem a entrada do produto brasileiro em seus mercados. Assim, foram os responsáveis por 50% do volume total exportado (MIDIC, 2012 apud LIMA FILHO, 2012).

Países da União Europeia são os principais exportadores de lácteos no mundo. Esses países mais desenvolvidos são os que tem maior produção subsidiada e estimulam o consumo e a exportação desses produtos, ao contrário do governo brasileiro que não interfere de maneira direta na produção e custo do leite produzido. A produção subsidiada desses países interfere nos preços do mercado mundial de leite e derivados, tornando os países em desenvolvimento (como Índia e Brasil) menos competitivos neste mercado (FREITAS, 2004; NASSAR, 2004 apud OLIVEIRA; SALMAN, 2007).

Observa-se que, em 2004, os maiores exportadores de lácteos no mundo

tinham países pertencentes a União Europeia que exportam produto subsidiado. Neste mesmo ano o Brasil ficou em trigésimo colocado. A Tabela 4 demonstra os 10 países que mais exportaram e a posição do Brasil.

Tabela 4: Principais países exportadores de produtos lácteos em 2004 (em milhares de dólares)

| Colocação e país | Exportação |
|------------------|------------|
| 1° Alemanha | 6.013.064 |
| 2° França | 4.794.734 |
| 3° Holanda | 4.526.625 |
| 4° Nova Zelândia | 3.292.232 |
| 5° Bélgica | 2.372.168 |
| 6° Dinamarca | 1.821.053 |
| 7° Austrália | 1.715.914 |
| 8° Itália | 1.567.428 |
| 9° Irlanda | 1.287.646 |
| 10° Reino Unido | 1.282.067 |
| 30° Brasil | 95.381 |

Fonte: UNCTAD (2007 apud OLIVEIRA; SALMAN, 2007).

O leite brasileiro sofre grandes oscilações de preços desde que entrou na economia de mercado no ano de 1991. A produção é para atender ao mercado interno que ainda conta com níveis de consumo *per capita* baixos se comparado ao de outros países, cujo consumo fica em torno de 123 kg/habitante/ano. Na Nova Zelândia o consumo é de aproximadamente 3.480 kg/habitante/ano, na Holanda 708kg/habitante/ano e nos Estados Unidos 270kg/habitante/ano.

Com o aumento de produção, o Brasil poderia se tornar um grande exportador de lácteos, já que o consumo interno é baixo. O problema é produzir grandes quantidades para suprir a demanda de exportação e garantir o cumprimento de contratos para ter preço atraente no mercado internacional de lácteos, além de ter que oferecer produtos transformados com valor agregado a fim de manter-se competitivo (FAO, 2002 apud MILKPOINT, 2003).

4.3 Considerações finais

Historicamente, o leite não foi tratado como um produto de grande importância para ser exportado, mas sim para suprir a demanda interna. Para entender as transformações que ocorreram no mercado do leite é importante observar

as mudanças ocorridas no ambiente institucional. Pode-se dizer que a produção de leite no Brasil passou por três grandes transformações na década de 90, que afetou a produção, comercialização e a indústria de transformação do leite. Essas mudanças foram: a) a liberalização dos preços que excluiu o tabelamento de preços e fez com que cada parte da cadeia produtiva ficasse responsável para negociar os preços de compra e venda; b) a abertura comercial, que extinguiu as restrições não-tarifárias e quantitativas sobre as importações de produtos lácteos; A partir daí as importações passaram a ser feitas diretamente pelas indústrias e laticínios. c) a criação do MERCOSUL e da TEC (taxa aplicada para os países membros com valor menor do que para países fora do bloco) houve aumento das importações de lácteos feitas pelo Brasil oriundas da Argentina e Uruguai.

A cadeia produtiva do leite não tinha qualquer preparação para as mudanças ocorridas nessa década. Antes o governo era um grande comprador de leite e derivados e, dependendo da situação do mercado, adquiria produtos para suprir a demanda com programas sociais. O ambiente anterior a abertura comercial era de baixo estímulo a avanços tecnológicos e investimentos no setor.

Após esse período a produção começou a ser mais tecnológica em grandes fazendas para aumentar os ganhos. O problema é que a maioria dos produtores brasileiros são de pequeno a médio porte e não tem condições de implantar sistemas de produção e gestão que permitam alcançar maiores margens de lucro e padrão de produto, com seus próprios recursos.

Para se manter no mercado, os produtores tem que conseguir produzir a um custo baixo e se manter na atividade. Rações e concentrados são os responsáveis por aumentar os custos que podem variar muito dependendo da situação de mercado e taxa cambial, já que os macronutrientes para a produção de rações são cotados no mercado internacional, como soja, milho e trigo.

Diante das dificuldades de redução de custos e de incentivos por parte do governo para subsidiar a produção de leite no Brasil, das barreiras tarifárias e não-tarifárias que os importadores impõem para proteger seus mercados, da concorrência internacional em que os grandes exportadores de produtos lácteos tem sua produção subsidiada pelo governo e seu mercado interno estimulado, o país tem pouca competitividade.

Os países importadores de lácteos do Brasil, se resumem a países que tem pouca produção interna e poucas barreiras para entrada de produtos estrangeiros e importam produtos com pouco valor agregado.

Pela análise do presente trabalho, entende-se que o Brasil tem estrutura de ser um grande exportador de leite e seus derivados, mas precisa primeiramente atender sua demanda interna. Com a ajuda do governo, com subsídios, linhas de crédito, redução de impostos, e outras ações para estimular a cadeia produtiva do leite, além de pesquisas e estudos para ter produtos com valor agregado, o

país tem possibilidade de chegar a conseguir o custo de produção e padrão de qualidade exigido no mercado internacional. Também políticas internacionais estratégicas para vencer as barreiras impostas pelos importadores ajudarão a aumentar a exportação e conquistar novos mercados.

O aumento da produção de leite internamente reduzirá a importação de lácteos, que gerará ganhos econômicos e sociais, assim como um efeito multiplicador na economia. Somente com a intervenção do governo o agronegócio do leite terá sucesso e ficará em destaque por volumes de produção, exportação e qualidade no mercado internacional, como fazem os grandes exportadores no mercado mundial.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, M. J. **Fundamentos de agronegócios**. São Paulo: Atlas, 2003.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS PRODUTORES DE LEITE. **Leite Brasil**. 2003. Disponível em: <http://www.leitebrasil.org.br/artigos/jrubez_093.htm>. Acesso em: 29 mai. 2013.

BATALHA, M. O. **Gestão Agroindustrial**. GEPAI. São Paulo: Atlas, 1997.

BATALHA, M. O. (Coord.) **Gestão do agronegócio**: textos selecionados. São Carlos: EdUFCar, 2009.

BAUMANN, R.; CANUTO, O.; GONÇALVES, R. **Economia internacional**: teoria e experiência brasileira. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

BRAUN, M. B. S.; LIMA, J. F.; CARDOSO, R.D. **Inserção Mundial e competitividade da agricultura brasileira**. Informe GEPEC (Impresso), v. 11, p. 69-102, 2007.

CALDAS, R. de A.; et al. **Agronegócio brasileiro**: Ciência, tecnologia e competitividade. Brasília: CNPq, 1998.

CAMPOS, K. C.; PIACENTI, C. A. **Agronegócio do leite**: Cenários e perspectivas. SOBER. Londrina, 2007. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/6/1152.pdf>>. Acesso em: 08 out. 2013.

CARVALHO, M. A. de; SILVA, C. R. L. da. **Economia Internacional**. São Paulo: Saraiva, 2000.

CENTRO DE INTELIGÊNCIA DO LEITE. CILEITE. **Panorama do leite**. Juiz de Fora, 2009. Disponível em: <<http://www.cileite.com.br/panorama/especial30.html>>. Acesso em: 03 out. 2013.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. **Leite Cerrado**. Juiz de Fora, 2002. Disponível em: <<http://sistemasdeproducao.cnptia.embrapa.br/FontesHTML/Leite/LeiteCerrado/importancia.htm>>. Acesso em: 28 mai. 2013.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. **Mercados e comercialização**. Juiz de Fora, 2003. Disponível em: <<http://sistemasdeproducao.cnptia.embrapa.br/FontesHTML/Leite/LeiteZonadaMataAtlantica/mercados.html>>. Acesso em: 01 out. 2013.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. **Ranking da produção de leite por estado 2010/2011**. 2012b. Disponível em: <<http://www.cnppl.embrapa.br/nova/informacoes/estatisticas/producao/tabela0240.php>>. Acesso em: 03 out. 2013.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. **Uma análise das barreiras tarifárias no comércio internacional de lácteos**. 2011. Disponível em: <<http://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/57090/1/BOP-32-Uma-Analise-das-Barreiras-Tarifarias-no-Comercio-Internacional-de-Lacteos.pdf>>. Acesso em: 03 out. 2014.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. **Demanda de produção de leite no Brasil**. 2010. Disponível em: <<http://www.cnppl.embrapa.br/nova/informacoes/estatisticas/producao/tabela0233.php>>. Acesso em: 03 out. 2013.

FIGUEIRA, S. R.; BELIK, W. Transformações no elo industrial da cadeia produtiva do leite. **VII da Revista cadernos de debate do núcleo de pesquisas em alimentação da UNICAMP**. 1999. Disponível em: <http://www.unicamp.br/nepa/arquivo_san/Transformacoes_no_Elo_Industrial_da_Cadeia_Produtiva_do_Leite.pdf>. Acesso em: 08 out. 2013.

LIMA FILHO, R. R. de. **Carta leite**: Déficit de US\$507 milhões na balança comercial de lácteos em 2011. 2012. Disponível em: <<http://www.scotconsultoria.com.br/imprimir/leite/177>>. Acesso em: 05 set. 2014.

GIL, A. C. **Técnicas de pesquisa em economia e elaboração de monografias**.

2 ed. São Paulo: Atlas, 2000.

_____. **Técnicas de pesquisa em economia**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 1991.

GOMES, S. T. **Desenvolvimento da pecuária leiteira em face das políticas governamentais**. UFV. Viçosa, 1995. Disponível em: <[http://www.ufv.br/DER/docentes/stg/stg_artigos/Art_091%20-%20DESENVOLVIMENTO%20DA%20PECU%C1RIA%20LEITEIRA%20EM%20FACE%20DAS%20POL%20CDTICAS%20GOVERNAMENTAIS%20\(25-9-95\).pdf](http://www.ufv.br/DER/docentes/stg/stg_artigos/Art_091%20-%20DESENVOLVIMENTO%20DA%20PECU%C1RIA%20LEITEIRA%20EM%20FACE%20DAS%20POL%20CDTICAS%20GOVERNAMENTAIS%20(25-9-95).pdf)>. Acesso em: 28 mai. 2014.

GONÇALVES, R.; BAUMANN, L.; CANUTO, O.; PRADO, L. **A nova economia internacional: uma perspectiva brasileira**. Rio de Janeiro: Campos, 1998.

INSTITUTO DE ESTUDOS DO COMÉRCIO E NEGOCIAÇÕES INTERNACIONAIS – ICONÉ (dados da OMC). 2006. Disponível em: <<http://www.iconebrasil.com.br/>>. Acesso em: 3 abr, 2016.

INSTITUTO DE ECONOMIA AGRÍCOLA, IEA. **Os maiores exportadores e importadores lácteos no mundo**. 2001. Disponível em: <<http://www.iea.sp.gov.br/out/verTexto.php?codTexto=482>>. Acesso em: 16 maio 2013.

JANK, M. S.; GALAN, V. B. **Competitividade do sistema agroindustrial do leite**. São Paulo, 1998. Disponível em: <http://www.fundace.org.br/leite/arquivos/projetos_priorizados/elaboracao_competitividade_industrial/bibliot/vol_ii_Leite%20Competitividade_jank.pdf>. Acesso em: 31 jul. 2014.

KRUGMAN, P. R. OBSTFELD, M. **Economia Internacional: teoria e política**. 5ª ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2001.

LEITE, J. L. B. **Comércio Internacional de Lácteos**. 2 ed. Ver. E ampl. Juiz de Fora: Embrapa Gado de Leite, 2009.

MAZZUCHETTI, R. N.; RODRIGUES, K. F. ; RAMOS, M. J. **Política comercial brasileira no pós-crise: uma discussão sobre a inércia da rodada doha**. In: Mirian Beatriz Schneider Braun. (Org.). *A Inserção Internacional do Agronegócio Brasileiro no Pós Crise: A Atuação da OMC, Barreiras e Políticas Comerciais*. 1ed.Curitiba: Ledze, 2014, v. 1, p. 133-152.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa: planejamento e**

execução de pesquisas, amostragem e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados. 4 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

MARTINS, P. do C. **Políticas públicas e mercados deprimem o resultado do sistema agroindustrial do leite**. 2004. Disponível em: <http://www.cileite.com.br/sites/default/files/2004_politicas_publicas.pdf>. Acesso em 10 out. 2013.

MILKPOINT. **Alimentação de vacas leiteiras no início de lactação**. 2011. Disponível em: <<http://www.milkpoint.com.br/anuncie/novidades-dos-parceiros/alimentacao-de-vacas-leiteiras-no-inicio-de-lactacao-posicionamento-agmilk-70755n.aspx>>. Acesso em: 05 set. 2013.

MILKPOINT. **Exportar leite?** 2003. Disponível em: <<http://www.milkpoint.com.br/cadeia-do-leite/espaco-aberto/exportar-leite-8604n.aspx>>. Acesso em: 22 set. 2014.

MILKPOINT. **MS: Manifesto une produtores de 10 estados**. 2012a. Disponível em: <<http://www.milkpoint.com.br/cadeia-do-leite/giro-lacteo/ms-manifesto-une-produtores-de-leite-de-10-estados-80554n.aspx>>. Acesso em: 08 mai. 2013.

MILKPOINT. **Balança comercial de laticínios: Importações de leite em pó crescem 54% em agosto**. 2012b. Autor Carlos Venturini. Disponível em: <<http://www.milkpoint.com.br/cadeia-do-leite/giro-lacteo/balanca-comercial-de-lacteos-importacoes-de-leite-em-po-crescem-54-em-agosto-80550n.aspx>>. Acesso em: 22 set. 2013.

MILKPOINT. **Pesquisa revela custo atual da mão-de-obra da atividade leiteira**. Gráfico 01. 2012c. Disponível em: <<http://m.milkpoint.com.br/cadeia-do-leite/artigos-especiais/pesquisa-revela-custo-atual-da-maodeobra-da-atividade-leiteira-81542n.aspx>>. Acesso em: 25 set. 2014.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Dados rurais**. 2013. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/portal/noticias/item?item_id=11850719>. Acesso em: 08 mai. 2013.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR (MDIC). **Barreiras comerciais**. 2013. Disponível em: <http://www.mdic.gov.br/sistemas_web/aprendex/default/index/conteudo/id/28>. Acesso em: 30 set. 2013.

NEVES, M. F.; ZYLBERSZTAJN, D.; NEVES, E. M. **Agronegócio do Brasil**. São Paulo: Saraiva, 2005.

OLIVEIRA, S. J. de M.; SALMAN, A. K. D. Mudanças institucionais na União Européia e seus impactos no agronegócio do leite brasileiro. **SOBER**. 2007. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/6/515.pdf>>. Acesso em 18 set. 2014.

REVISTA BALDE BRANCO. **Desde 2001, nunca se importou tanto**. São Paulo, Edição 580, Ano 49, p. 06, fev., 2013.

REVISTA BRASILEIRA DE AGROPECUÁRIA SUSTENTAVEL. **Fatores a considerar sobre a produção de leite a pasto**. 2011. Disponível em: <http://www.rbas.com.br/pdf/revista_2_artigo_41.pdf>. Acesso em: 04 set. 2013.

REVISTA GLOBO RURAL. **Brasil investirá R\$2,3 mi para ampliar exportação de leite**. 2013. Disponível em: <<http://revistagloborural.globo.com/Revista/Common/0,EMI331429-18530,00-BRASIL+INVESTIRA+R+MI+PARA+AMPLIAR+EXPORTACAO+DE+LEITE.html>>. Acesso em: 29 ago. 2014.

RODRIGUES, M. T.; EVANGELISTA, F. R.; NOGUEIRA FILHO, A.; CARVALHO, J. M. M. de; PIMENTEL, J. C. M. Avaliação estratégica do sistema agroindustrial do leite no nordeste: Uma visão de agronegócios. **SOBER**. 2001. Disponível em: <http://www.bnb.gov.br/projwebren/Exec/artigoPDF.aspx?cd_artigo=3>. Acesso em: 08 out. 2013.

SIMÕES, A. R. P.; OLIVEIRA, M. V. M. Vantagens comparativas do Brasil na produção de leite. **SOBER**. 2010. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/15/285.pdf>>. Acesso em: 26 ago. 2014.

VIEGAS, I. F. P. Barreiras não-tarifárias sobre as exportações de leite e laticínios brasileiros. **SOBER**. 2006. Disponível em: <<http://ageconsearch.umn.edu/bitstream/147842/2/517.pdf>>. Acesso em: 26 ago. 2014.

YAMAGUCHI, L. C. T.; MARTINS, P. do C.; OLIVEIRA, A. F. de. Gestão da informação como fator de competitividade na produção de leite. In: CARVALHO, L. de A.; ZOCCAL, R.; MARTINS, P. do C.; ARCURI, P. B.; MOREIRA, M. S. de P. **Tecnologia e gestão na atividade leiteira**. Juiz de Fora: Embrapa Gado de Leite, 2005. p. 13-40.

ZOCCAL, R. **A inserção do Brasil no mercado internacional de lácteos.** Juiz de Fora: Embrapa Gado de Leite, 2005.

ZYLBERSZTAJN, D.; NEVES, M. F. **Economia e gestão dos negócios agroalimentares:** indústria de alimentos, indústria de insumos, produção agropecuária, distribuição. São Paulo: Pioneira, 2000.